

A ESCOLA PRIMÁRIA EM TEMPOS DE MODERNIDADE: GRUPO ESCOLAR “AUGUSTO SEVERO” – NATAL/RN (1908 – 13)

Ana Zélia Maria Moreira*

Resumo

A partir da dissertação de mestrado da autora destaca-se o processo de implantação dos grupos escolares no Brasil inserido na Reforma da Instrução Pública republicana, nas primeiras décadas do século XX, e por sua vez contemporânea do processo de modernização das principais cidades brasileiras. No Rio Grande do Norte, acontece em conformidade com os demais Estados brasileiros, a partir de uma ação normativa geral, que estabelecia desde a criação dos grupos escolares, passando pelos planos de ensino, até os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos, conforme os códigos de ensino de 1910, 1911 e 1913. Utiliza-se fontes documentais e estudos historiográficos como metodologia de trabalho, o que possibilita constatar que com a criação do Grupo Escolar “Augusto Severo”, na cidade de Natal, capital do Estado, no ano de 1908, representa marco do processo de inovação educacional do ensino público primário e se inscreve como equipamento urbano no cenário de modernidade da cidade, para atender às expectativas da Reforma da Instrução Pública do governo republicano de Alberto Maranhão (1908-13).

Palavras chave: Modernidade republicana, Educação.

Abstrat

Based on the author's master's dissertation is highlighted the implementation process of the school groups in Brazil in the context of the Republican Public Education Reformation, during the first decades of the XX century, contemporary to the modernization of the most important cities in Brazil. In Rio Grande do Norte, this happens in concordance with the other Brazilian states, as the result of a general ruling that encompassed from the creation of school groups, teaching plans, as well as the architectural and urban parameters, in accordance with the teaching codes of 1910, 1911 and 1913. The work methodology revolves around documental sources and historiographical studies, through which is found that the creation of the “Augusto Severo” Study Group, in the city of Natal, the state's capital, in the year of 1908, represents the start of the primary public school educational renewal process and it is marked as an urban equipment in the background of the modernization of the city, to live up to the expectations of the Reform of Public Education of Alberto Maranhão's republican government (1908-13).

Key words: republican modernity, Education

* Arquiteta da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Mestre em Arquitetura e Urbanismo/UFRN. E-mail:azelia_moreira@yahoo.com.br

1 MODERNIDADE REPUBLICANA BRASILEIRA E A CRIAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

1.1 A ESCOLA GRADUADA NA CIDADE EMBELEZADA: A MODERNIDADE DESEJADA

Segundo Habermas(1992 apud Lima, 1998, p.1), modernidade origina-se da palavra moderno, e foi empregada pela primeira vez em fins do século V, para marcar o limite entre o presente que a pouco se tornara cristão e o passado pagão. Para o autor alemão a modernidade assume conteúdos variáveis, sempre volta a expressar a consciência de uma época que se posiciona em relação ao passado da antiguidade, a fim de compreender a si mesma como resultado do antigo para o novo (HABERMAS, 1992, p. 100)

No Brasil dos finais do século XIX, a modernidade surge da criação republicana, na possibilidade de superação do atraso pelo progresso, das credences pela ciência, ou seja, um verdadeiro espetáculo de ordem e progresso oferecido e praticado pelos fundadores da República.

Naquele momento de instauração da República, intelectuais, políticos e educadores brasileiros passaram a defender um projeto de difusão da educação popular, no contexto de reforma social inerente à sociedade moderna. Neste contexto, a educação é inserida como um novo projeto político, com um intuito de contribuir para o fortalecimento do novo regime.

Segundo Carvalho (1990), é sob a divisa “Ordem e Progresso” – apoiada na doutrina positivista, com esta, por sua vez, sustentada no conhecimento racional, no progresso científico e tecnológico - que a República vai construir sua imagem junto à sociedade, com idéias, símbolos e representações capazes de atrair a simpatia e a aceitação do povo.

Para Moura Filha (2000), utilizando os argumentos de Pechaman (1993), acrescenta-se que o processo de construção da “ordem e progresso” do Brasil estava diretamente relacionado com a urbanização: a cidade modernizada, higienizada e bela apresentava-se como “lugar de construção dos paradigmas da ordem moderna, baseado nas idéias de ciência, progresso e civilização”.

No entanto, o quadro geral de problemas das cidades brasileiras, decorrente das mudanças econômicas, sociais e políticas do final do século XIX, era caracterizado por um

adensamento populacional num cenário de alto grau de insalubridade e pequena oferta de serviços e equipamentos urbanos.

Atribuía-se a este panorama de insalubridade à ineficiência, principalmente a urgência de um serviço adequado de higienização. Isto ocorria, apesar de as práticas de higienização se firmarem definitivamente no panorama político-social brasileiro, através de uma série de medidas, como campanhas de vacinação obrigatória, desinfecção das moradias e dos espaços públicos, planejamento do sistema de esgotos, regularização do fornecimento adequado de água, estabelecimento da largura das ruas, dentre outras (MOREIRA, 1994, p.56).

No entanto, para esse autor, efetivamente, os objetivos destas medidas se constituíam em regular os costumes da população, os quais não se encontravam sintonizados com a “civilização moderna”, e, assim, fossem capazes de produzir efeitos maléficos à saúde pública. Quanto à inexistência e/ou escassez dos serviços e equipamentos urbanos, estes eram incompatíveis com a imagem de uma cidade em busca de novos tempos.

Por outro lado, a instauração da nova ordem republicana do país incluem-se a exigência da reformulação dos quadros políticos e administrativos, no âmbito federal e estadual, e, conseqüentemente, suas competências legais. Por força da Constituição Federal de 1892, são atribuídos aos governos estaduais realizar reformas educacionais, reestruturação da direção superior da instrução pública e normatização do ensino primário e secundário, provendo, por sua vez o estabelecimento de instrumentos normativos para as novas modalidades de ensino público: os grupos escolares e as escolas normais.

No entender de Oliveira (1990), o esforço de mudança no quadro educacional configurava tentativas estaduais que visavam adaptar o novo regime de governo a uma educação que muito se distanciava da realidade social existente.

O propósito de viabilizar a combinação do progresso das mentes com o progresso material apontava a aproximação das práticas urbanas às práticas escolares, na probabilidade de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas de civilidade.

Para Veiga (1997, p.105), a combinação de pressupostos urbanos e escolares relacionam basicamente na medida em que se achegarem às demandas políticas das diferentes práticas econômicas, aos argumentos em torno da necessidade de consolidação de uma nova cultura e também às diferentes ações coletivas em organização.

Por sua vez, as transformações para implantação da nova escola e as mudanças urbanas deveriam confirmar a inserção na era da modernidade. No discurso institucionalizado

pelas reformas educacionais brasileiras, era transportada a nova modalidade de ensino primário do grupo escolar às novas finalidades educacionais.

Por outro lado, o perfil educacional da população brasileira permanência com os índices críticos.

Ano	Homem e mulher	Não alfabetizados	Não alfabetizados/ população total
1890	14.333.915	12.213.356	85,21%
1900	17.438.434	6.348.869	80,62%
1920	30.635.605	11.401.715	79,91%

Tabela 1 - População residente, segundo o sexo e não alfabetizados - BRASIL - 1890/1920
Fonte: Recenseamento do Brazil. Rio de Janeiro: Diretoria Geral da Estatística (187?- 1930)

Conforme dado censitário, observa-se uma reduzida classe instruída, em torno de 20%, em relação à população total. À falta de educação formal da população brasileira, a utilização da linguagem escrita não configurava meio de propaganda do novo regime pelos defensores da República.

Os republicanos fizeram, então, uso direto de mecanismos, como imagens, alegorias, símbolos, artifícios estes já explorados pelos positivistas.

A cidade era o palco determinado para o intento de mudanças; trabalhava-se com o imaginário social para fazê-la símbolo dos novos tempos do país, tirando partido dos elementos que alimentavam esse imaginário coletivo - os serviços, os transportes, o incremento do consumo e do lazer citadino -, na perspectiva de favorecer a assimilação da cidade, como centro irradiador da novidade, da civilização. Com este mecanismo, é atribuída à cidade como um dos símbolos mais importantes do ideário republicano.

A cidade embelezada e a escola moderna para o cidadão civilizado: cenário da modernidade desejada.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E A ESCOLA PRIMÁRIA: A MODERNIDADE CONSTRUÍDA

Numa demonstração de inserção na era de progresso, tiveram as cidades brasileiras níveis diferenciados de intervenções urbanas, dos finais do século XIX e início do século XX, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Natal, dentre outras.

Nos termos de Moreira (1994) e Moura Filha (2000), foram transformações características de programas de reformas urbanas ou de inclusão na modernização ou adoção do espírito de modernidade, empreitadas pelo poder público. Isto não significa a existência de uma concepção da totalidade. Ao contrário, consistiam em reformas pontuais sobre a estrutura urbana, denominando-as de programas de remodelação.

Segundo Faria Filho (2000), paralelamente a essas intervenções urbanísticas, articulavam-se no movimento, que sintonizava com as críticas, que, em todo o Brasil ou mesmo na América Latina, eram dirigidas à instrução pública primária. Eram críticas produzidas na representação da “escola isolada”, a qual funcionava na casa do professor e em outros ambientes poucos adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase que intransponível à realização da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária.

A mudança do cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, capital federal, início do século XX, inaugurou as novas funções relativas à imagem de cidade moderna que serviria de modelo para outras cidades do país. Foi marcada nas administrações de Rodrigues Alves e de Francisco Pereira Passos, respectivamente, no governo federal e municipal (1902-1906). Intervenções típicas pela intensa centralização de poder de decisão, pela existência de um plano definido e pelo aporte de recursos originários de empréstimos externos.

As transformações foram obras de melhoramento, embelezamento e saneamento, incluindo, dentre outras medidas, um vasto programa de ajardinamento de logradouros públicos, uma ampla campanha de vacinação pública e um duro combate às habitações coletivas insalubres.

No contexto das transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro, ocorre a construção de um prédio escolar para funcionar a escola-modelo, sua inauguração se deu em 24 de novembro de 1905 com a presença do Presidente da República e dos ministros, em meio a muitas festividades, com a denominação de Escola-Modelo Tiradentes.

Seguindo as trilhas de transformações urbanas ou remodelação das principais cidades brasileiras, no final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo foi tomada como sinônimo de progresso e cosmopolitismo. Segundo Monarcha (1999), as mudanças foram promovidas nas administrações dos prefeitos Conselheiro Antônio Prado (1899 -1911) e do Barão Raimundo Duprat (1911-14) e objetivavam a criação de uma cidade luminosa e civilizada, com espaços públicos destinados à posse elegante e com repercussão na vida privada. Foram planos de melhoramentos desenvolvidos pelos planejadores franceses,

urbanistas Joseph Antoine Bouvard e Cochet e caracterizaram-se por ações pontuais, de prolongamentos e alargamentos de ruas e avenidas, e transformações das várzeas infectadas em parques centrais, harmoniosamente tratados (paisagismo e arquitetura).

Dentre as intervenções na área central da cidade destaca-se o ajardinamento da Praça da República, por volta de 1902, integrando a arquitetura à moda inglesa do imponente edifício da Escola Normal de São Paulo, construído em 1894, sendo considerado como marco da reforma de instrução pública do Estado.

As transformações urbanas na cidade de Belém, exemplo de cenário urbano típico de uma época de esplendor, onde a borracha era fonte de riqueza para a região, com a implantação de grandes e largas avenidas arborizadas, construção de teatro, mercados, praças, palacetes e casario de inspiração européia.

Também caracterizado por intervenções pontuais e de pequeno porte, através do tratamento de alguns espaços urbanos, incluem-se as cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió, com suas peculiaridades, em relação às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mencionadas anteriormente.

Para Moura Filha (2000), este processo de transformação das cidades se deu com a implantação de teatros, incorporada à composição de cenários urbanos. Essa configuração foi um dos artifícios do projeto estético, em articulação com diversos elementos urbanos - ruas, praças, monumentos e edifícios - utilizando expressão de uma linguagem eclética condizente com os valores burgueses.

A cidade provinciana de Natal, a partir dos anos de 1900, também é tomada por medidas urbanísticas, que possibilitaram revesti-la de elementos emblemáticos de modernidade européia, trazidas pelas inovações advindas da Revolução Industrial, como ruas amplas e arborizadas, prédios suntuosos, energia elétrica e sistema de transporte, telefone, dentre outros.

Segundo Oliveira (1998) pregoava, nisto consistia a concepção de apagar a imagem da cidade arcaica do período imperial, ostentando, em seu lugar, a idéia de moderno. Estas transformações já vinham sendo implementadas desde o governo de Pedro Velho (1892-95) e tiveram maiores reforços na segunda administração de Alberto Maranhão (1908-13).

Este panorama de remodelação da cidade se contrapunha aos elevados índices de analfabetismo e às precárias condições das escolas de Primeiras Letras. Situação esta, abordada por Lima (1927, p.138), o discurso do governador Pedro Velho, nestes termos: O ensino primário arrasta-se numa inferioridade vergonhosa. Sem edifícios apropriados, sem

material, sem professorado habilitado e sem inspeção, o ensino não dava motivo para congratulações e encomios (Mensagem, 1895, p. 27 apud LIMA, 1927, p. 138).

Em outro momento, Lima (1927, p.150) retoma a citação do governador Alberto Maranhão (1900-04), aludindo em Mensagem de 1900: “Continua deficientíssima e a merecer os mais sérios cuidados, a nossa instrução pública”.

Diferentemente, nos países europeus e nos Estados Unidos, desde o século XIX, a universalização do ensino primário era obrigatória por lei e politicamente implementada.

Nestes países, para atender a esta universalização, a escola primária foi (re) inventada com outros objetivos, outra concepção educacional e outra organização de ensino. O século XIX foi cenário da construção de uma escola graduada, dotada de uma estrutura adequada para compreender múltiplas salas de aula, várias classes de alunos e um professor para cada uma delas. Esta edificação escolar, ao mesmo tempo, deveria cumprir sua finalidade principal: a de ser escola e também testemunhar a valorização do ensino pelo Estado. A crença nesta escola era total, a ponto de tornar-se a principal justificativa ideológica para a constituição dos sistemas de ensino, considerando ser possível ela cumprir a função de instruir e de, ao mesmo tempo, moralizar, civilizar e consolidar a ordem social, segundo Souza (apud BUFFA, 2002, p.43).

Em Pinheiro (2002), a experiência de dispor a escola primária de graduações tem origem na França, a partir dos anos de 1830 com a denominação de escola central, escola graduada ou grupo escolar.

No Brasil, a implantação da escola graduada se dá com o projeto de reforma republicana da instrução pública, das duas últimas décadas do século XIX, cujas inovações pedagógicas modernas foram trazidas da França, por intelectuais brasileiros.

Esta importação é referenciada por Carvalho (1990), considerando como um dos modelos de inspiração que, a natureza discursiva dos políticos da República brasileira foi semelhante à III República Francesa, portanto, em defesa do desenvolvimento da Instrução como determinante para o aprimoramento da civilização.

Por outro lado, para Souza (1998), a escola dos tempos modernos fazia parte das discussões da reforma de ensino brasileiro, desejada por intelectuais e educadores. Assinale-se que, em 1892, o deputado paulista representante do magistério, Gabriel Passos defendia a criação paulatina de novos tipos de escolas primárias, cuja idéia era prevista no Plano oferecido ao governo para reorganização do ensino popular³⁵ pelos professores deste Estado.

³⁵ Plano publicado no jornal “A Província de São Paulo” em 21/11/1899, assinado pelos professores Carlos
ISSN 1984-3879, SABERES, Natal – RN, v. 2, n.esp, jun. 2011

O resultado prático foi à criação da escola-modelo, como escola prática de ensino e experimentação dos alunos mestres da Escola Normal. Tinham, pois, o entendimento de que no momento, era imprescindível à formação do professor para a renovação da escola pública.

No entanto, a escola-modelo idealizada pelo paulista Caetano Campos era mais que um simples laboratório para os alunos mestres. Seria uma escola graduada moderna com várias salas de aula, múltiplas classes de alunos e professores, na concepção modelar, que servisse às demais escolas primárias públicas do Estado.

Conforme Reis Filho (1995), nesse Estado, a escola graduada é implantada na segunda etapa da Reforma da Instrução pública republicana, generalizando-se a experiência de escola-modelo, pela multiplicação deste tipo de escola, na forma de grupo escolar. A proposta era reunir em um só prédio - com amplas salas bem arejadas, pátios arborizados, museus escolares, bibliotecas populares, mobílias - as escolas preliminares de uma cidade ou de um bairro, de modo a permitir uma melhor organização de ensino. Do ponto de vista de raio de abrangência, destinavam-se a uma clientela ajustada às novas condições urbanas de concentração da população.

O pioneirismo paulista de organização do ensino elementar público, com a implantação das escolas-modelo a partir de 1890, determinou a adoção deste tipo de organização e método de ensino para os grupos escolares. Pela Lei n.930, de 13/8/1904, as escolas-modelo foram equiparadas aos grupos escolares, sendo criadas na capital três escolas-modelo, uma delas transferida para a Escola Normal, em 1894, e na antiga escola-modelo passou a funcionar um grupo escolar, denominado de Escola-Modelo do Carmo. Posteriormente foram criadas as escolas-modelo da Luz (Prudente de Moraes) e a “Maria José”. No interior, apenas em Itapetinga, anexa à Escola Normal.

Diferentemente da maioria dos Estados brasileiros, o Estado de São Paulo pôde apresentar as escolas graduadas como um melhoramento e um fator de modernização cultural e educacional. Os edifícios construídos para escolas públicas, vão refletir essas transformações políticas, econômicas e sociais.

No Estado da Paraíba, destaca Pinheiro (2002), a idéia dos grupos escolares como instituições autônomas é manifestada em mensagem à Assembléia Legislativa pelo presidente do Estado em 1908, dada a importância da criação destas unidades de ensino à “moderna educação”.

A reforma educacional do ensino público primário deste Estado acontece em 1911, pela Lei nº 360, atribuindo a divisão do ensino primário em elementar e complementar, ministrado em escolas isoladas e grupos escolares.

Faria Filho (2000), a comentar sobre a reforma do ensino no Estado de Minas Gerais, aponta um aspecto de que a escola pública primária tinha lugar de destaque, sem nunca deixar, no entanto, de dividir as preocupações com as “reformas” do sistema penitenciário e de repressão em geral, visando a um maior controle sobre os pobres e trabalhadores. Neste contexto, acrescenta que os grupos escolares e seu processo de organização “...significam não apenas um novo modo de ordenar e educar, mas necessariamente, uma estratégia de ação na esfera educativa escolar...”.

No entanto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas, principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais) pretendida pelas elites mineiras. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaço e tempo ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade.

De certa forma, a modernidade educacional se incorporou ao processo de modernização das cidades brasileiras e em cada Estado da federação. As reformas de ensino expressaram a tentativa de implantar a nova realidade educacional brasileira: a instituição grupo escolar.

Pinheiro (2002, p.124), fazendo referenciar ao processo de implantação e expansão dos grupos escolares nos Estados, considera que isso ocorreu de forma desigual, adequando-se às condições locais “...atendeu necessidades sociais e culturais, condicionadas a particularidades políticas e econômicas e no nível de organização escolar existente em cada Estado”.

Nesta abordagem, estão os estudos da dissertação da autora sobre a implantação do Grupo Escolar “Augusto Severo”, no Rio Grande do Norte, no contexto do programa de inovações socioculturais da cidade de Natal.

Assinale-se que, concomitantemente, a implantação deste novo modelo de estabelecimento de ensino público e as intervenções urbanas, de iniciativa privada e pública, integravam um novo disciplinamento do e no espaço urbano.

Por outro lado, a instituição grupo escolar possibilitou uma mudança de acesso ao ensino público brasileiro, considerando uma transferência radical de uma escola de primeiras letras de ler, escrever e contar para uma escola de educação integral, com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para a de acesso obrigatório, generalizado e universalizado (SOUZA, 1998, p.15).

A criação do Grupo Escolar “Augusto Severo”, na capital do Estado do Rio Grande do Norte, dá início também a essa transferência. De um precário modelo escolar de instrução pública primária, até então vigente, para um tipo de escola primária identificada com os avanços do século, renovada nos métodos, nos processos, nos programas, na organização didática e pedagógica, enfim, uma escola que substituía a escola da Ribeira do Professor Lourival, a qual funcionava vizinha à Alfândega.

O Grupo Escolar “Augusto Severo” criado pelo decreto n.174 em 5 de março de 1908, no exercício do governo republicano de Antônio José de Souza e Melo (1907- 08,) no ano seguinte, instalada a Reforma da Instrução Pública (Lei n. 284 de 30 de novembro de 1909), que vinha sendo tecida desde o Governo de Pedro Velho (1889 - 92). Esta reforma estava prevista na Constituição Federal Republicana de 1892 (art.6º), na perspectiva de estabelecer diretriz para o sistema de ensino público, no âmbito do ensino primário, secundário e normal, sob a responsabilidade do Estado.

A autorização ao governo do Estado foi concedida em 1907, na forma da Lei n. 249, de 22 de novembro, restringindo ao ensino primário um tratamento especial e que deveria enquadrar-se às instruções federais.

Dentre os pressupostos educacionais, previstos nas novas perspectivas educacionais do Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908 é restabelecido a Diretoria da Instrução Pública, criada a Escola Normal, os Grupos Escolares e Escolas Mistas. No art.12, é assegurada a suprema direção e inspeção do ensino público pelo Governador do Estado, auxiliado pelo Diretor Geral da Instrução.

Atribuía-se, a este dirigente, as funções exercidas cumulativamente de diretor do Atheneu³⁶ e da Escola Normal, do Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e da Escola de Música³⁷ (art. 13).

³⁶ Atheneu Norte-Riograndense – instituição de ensino secundário criado desde 1834.

³⁷ Criada pelo Dec. 176, de 31 de março de 1908, destinada ao ensino desta arte e as noções de Estética, História e Literatura da música e de outras Belas Artes. Foi determinado funcionar no prédio do Grupo Escolar “Augusto Severo”, enquanto não se construía o Liceu de Artes e Ofícios (ar. 1º).

Dentre outras determinações, este decreto (Art.4º) indicava a implantação dos grupos escolares e apontava rumos para a reforma do ensino primário, que estrategicamente deveria ser viabilizada, em todos os níveis de atuação, por uma ação normatizadora do executivo estadual.

Desse modo, tem o governo do Estado, a exemplo das demais unidades federadas, competência exclusiva com o grupo escolar da capital, o Grupo Escolar “Augusto Severo”.

1.3 GRUPO ESCOLAR: EQUIPAMENTO URBANO DE MODERNIDADE EDUCACIONAL

A política de construção escolar, promovida pelos governos republicanos, eleva os edifícios escolares à altura da importância atribuída à educação nas primeiras décadas do período correspondente à República Velha. Ao implantarem os primeiros grupos escolares, em níveis diferenciados estão os Estados de São Paulo (1894), Santa Catarina (1911), Rio Grande do Norte e Espírito Santo (1908), Minas Gerais (1906), Paraná (1903), dentre outros.

Na sua maioria as edificações representam, nos termos de Monarcha (1999, p.188), a conformação de grandiosidade urbanística e arquitetônica do conjunto praça e edifício-escola. Partilhavam com os pressupostos da burguesia européia do século XIX e transmitiam ao imaginário coletivo a marca da obra de máximo valor social do primeiro governo republicano.

Esses prédios escolares geralmente localizavam-se, no contexto do núcleo urbano, no centro ou imediações, próximo às edificações representativas do poder local, tais como sede de governo municipal ou estadual, coletoria, câmara municipal, correios, casa bancária, igreja matriz, praça central, dentre outros. Compunham, pois um cenário com um parque público, boulevards, teatros, cinemas, equipamentos e serviços urbanos de modernidade da cidade.

2 A MODERNIDADE DA CIDADE E DO GRUPO ESCOLAR “AUGUSTO SEVERO”

2.1 O CENÁRIO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO DO RIO GRANDE DO NORTE

No fim do século XIX, as culturas comerciais da cana-de-açúcar, do algodão e da extração do sal marinho passaram a constituir atividades básicas da economia provincial do Rio Grande do Norte. A inserção na economia internacional deu-se principalmente pela exportação do algodão, durante a segunda metade deste século. Tal ingresso foi possível pela interrupção das exportações americanas deste produto para o mercado europeu, devido à Guerra da Secessão entre 1860 e 1865. Para suprir seus mercados, então, a Inglaterra passou a comercializar diretamente com as regiões produtoras de algodão do nosso país.

Na comercialização e exportação dos produtos, era o capital inglês o principal financiador. Devido a esse fato, a primeira ferrovia foi construída e operada pela companhia inglesa Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company Ltda, na região agreste do Estado, em 1883, ligando Natal a Nova Cruz. Além desta, foi também construída a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, de Natal a Lajes, que começou a funcionar em 1906, e a Companhia Estrada de Ferro Mossoró -São Francisco, em 1912.

Surgem também na província do Rio Grande do Norte as primeiras casas comerciais de importação e exportação, como a Casa Graff, de Johan Ulrich Graff, fundada provavelmente em 1865, cuja matriz se encontrava na França e tinha filial no Ceará e Rio Grande do Norte (Natal e Mossoró).

Neste contexto econômico, correspondente à fase áurea da exportação do algodão do ano de 1861, ganha destaque a figura de Fabrício Gomes Pedroza, fundador da Casa Comercial do Guarapes³⁸, como responsável pela vinda de embarcações estrangeiras, principalmente inglesas, que atracavam diretamente no porto fluvial de Guarapes. O fechamento da Casa Fabrício Pedroza, nos primeiros anos da década de 1870, abalou as finanças da província.

Em decorrência do fim da Guerra de Secessão, no final do século XIX, as exportações de algodão sofreram uma acentuada baixa. Porém, com o desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira brasileira, acontece um novo impulso para a atividade da cotonicultura nordestina. Com isto, o Rio Grande do Norte novamente se consolida como um

³⁸ Anteposto comercial localizado a 12 km de Natal. Constituído por uma infra-estrutura que recebia algodão do Seridó, via Macaíba, e o açúcar de Ceará -Mirim, via São Gonçalo. O açúcar de Papari e São José. De propriedade de Fabrício Maranhão, o qual financiava as safras com dinheiro e máquinas. O algodão e o açúcar eram exportados dali para a Europa.

grande produtor algodoeiro, abastecendo as fábricas têxteis do Sudeste do Brasil, favorecendo a economia estadual até os anos de 1930.

No entanto, apesar do desenvolvimento alcançado pelo Estado neste último período, o comércio da província era prejudicado pela inexistência de uma infra-estrutura portuária adequada ao atendimento de um maior fluxo de produtos canalizados para o mercado externo, constituindo, assim, um dos fatores para manter a estagnação das exportações.

A Natal portuária, até meados do século XX, ocupava uma posição secundária na estrutura administrativa e econômica do Estado, uma vez que os produtos, oriundos do interior, eram escoados para o mercado brasileiro e mundial através das cidades portuárias vizinhas, no Ceará e Pernambuco.

Estas condições, no entendimento de Monteiro (2002, p. 232), são devidas às dificuldades naturais existentes de acesso ao porto, que “...impediam que os vapores transatlânticos, oriundos da Europa e dos Estados Unidos efetivassem intercâmbio comercial com a cidade”.

Quanto ao aspecto político do Brasil, o regime republicano instalado em 1889, representou o fim da centralização monárquica e marcou o início de uma política descentralizada nos Estados. Entretanto, o poder passou a ser exercido pelas famílias ou grupos fixados em cada Estado, denominadas de oligarquias³⁹, as quais se apropriaram do poder, em condições favoráveis de únicas mandatárias do Estado e partido político no poder, formando um binômio inseparável.

Com o advento da República, o país continuou com a mesma economia agro-exportadora e importadora de produtos manufaturados, pois “não proporcionou nenhuma alteração na estrutura econômica da sociedade brasileira”.

No Rio Grande do Norte, a Oligarquia dos Albuquerque Maranhão, representativa da burguesia agro-comercial do Estado, dominou a política por vinte e oito anos (1890-1918). Tinha como figura central Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, personagem de destaque na vida da província, como Jerônimo de Albuquerque Maranhão, primeiro capitão-mor da capitania do Rio Grande, e André de Albuquerque, membro da liderança na revolução republicana de 1817.

³⁹ Segundo MONTEIRO (2002, p.209), oligarquia é uma palavra derivada do grego, que significa o governo que se concentra nas mãos de poucas pessoas. As oligarquias no Brasil originadas de algumas famílias por Estado, como, por exemplo, os Accioly no Ceará, os Maltas em Alagoas, os Bulhões em Goiás, os Miller em Santa Catarina, etc. Na Paraíba, comandado por Monsenhor Walfrido Leal, Pernambuco por Rosa e Silva, como no Rio Grande do Norte, por Pedro Velho, até sua morte em 1907.

Pedro Velho era um dos intelectuais norte-rio-grandenses, cujas idéias eram próximas às liberais, que despontavam no Brasil. Neste aspecto, inclui-se a abordagem de Oliveira (2000, p.30), quando destaca “que a decadência do regime imperial e as influências das idéias liberais, inspiradoras do movimento abolicionista, possibilitaram a emergência de uma casta de políticos intelectualizados”.

O domínio oligárquico dos Albuquerque Maranhão, desde o início, se estendia em toda a rede do poder do Estado, por muitos anos, da Intendência à representação do Rio Grande do Norte no Senado. Eram evidentes as marcas desse domínio político, levando o grupo a permanecer no poder, sem oposição, até 1913.

Foram cinco mandatos para o governo do Estado, no período de 1890 a 1913, sob o domínio da oligarquia Maranhão. Após o governo de Pedro Velho (1892-96), o pernambucano Joaquim Ferreira Chaves Filho foi eleito pelo voto aberto para o mandato de 1896-1900; o terceiro governo exerceu Alberto Maranhão (1900-04); o quarto, Augusto Tavares de Lyra de 1904-06, substituído por Antonio José de Melo e Souza, eleito, em 1907, para complementar o mandato deste último, que assumira o cargo de Ministro da Justiça; e o quinto governo foi de Alberto Maranhão (1908-13).

Este último, por suas realizações, foi considerado o maior governo da primeira República no Rio Grande do Norte, com significativas transformações no cenário urbano da capital do Estado.

2.2 A CIDADE DE NATAL E O BAIRRO DA RIBEIRA DE ONTEM

A cidade de Natal, pelas circunstâncias de núcleo urbano litorâneo e de principal centro administrativo, comercial e político do Estado, teve sua população dobrada, entre os anos de 1870 e 1900, de 8.904 para 16.059 habitantes, respectivamente.

Dispunha a cidade, de apenas dois bairros, neste período. O bairro da Cidade Alta, com características eminentemente residenciais e um pequeno comércio elitista, e o bairro da Ribeira, lugar de armazéns, hotéis, lazer e atividades administrativas, onde residiam comerciantes, trabalhadores do comércio e da pesca, segundo Cascudo (1984, p. 234).

No final do século XIX, no bairro da Ribeira, em função das proximidades do porto, se instalariam casas comerciais de importação/exportação e uma rede de armazéns para a estocagem de algodão e açúcar, tornando assim o bairro mais ativo e dinâmico.

Pelas condições econômicas favoráveis neste bairro, começam a despontar, a partir de 1850, os primeiros sinais de transformações. Foram construídos o primeiro cais da Alfândega de Natal (1863) e a Estação Ferroviária da Great West (1883); instaladas uma indústria de tecidos (1888) e a primeira fábrica de sabão (1896). Na Rua do Comércio (atual Chile), foram construídos os primeiros edifícios de mais de um pavimento e instalada a sede do Governo Provincial, em um sobrado imponente (1860).

Nestas perspectivas de mudanças, se inscrevem Natal e o bairro da Ribeira. De uma situação de atraso, vigente até o final do século XVIII, apesar de lentos, surgiram significativos melhoramentos, nos finais do século XIX, impulsionados pela dinamização da economia do Estado. Assim, nas primeiras décadas do século XX, a cidade apresentava um franco processo de transformação.

No entanto, a mudança da cidade pretendida passava, primeiramente, pelo ponto de vista de disciplinamento do espaço urbano, pela unificação dos dois bairros (Cidade Alta e Ribeira) e pelo início do processo de higienização em determinados locais da cidade. Argumentava-se, então, que era imprescindível o aterramento da campina da ribeira, assim como era desejável a desobstrução entre os dois bairros.

Entretanto, as transformações urbanas foram sentidas lentamente. Somente a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão do sítio urbano, é que se verificaram alguns melhoramentos na cidade. Incluíam-se nestes melhoramentos, além de obras destinadas à saúde pública, uma série de atos e resoluções que visavam ao disciplinamento do uso do espaço urbano, a fim de incorporar a cidade aos padrões de urbanidade vigentes nas grandes cidades.

Dentre estas medidas, tem-se as seguintes: a criação da Diretoria de Obras Públicas de Natal e a publicação de normas das edificações do espaço urbano, em 1858; a contratação de serviços de abastecimento de água (1890) e limpeza pública (1895); a construção do cemitério do Alecrim (1846) e o Lazareto da Piedade, o Hospital Militar da Guarnição (1850) e, cinco anos após, o Hospital da Caridade; a construção do Mercado Público (1892) e, pelo Inspetor da Higiene Pública, o higienista Manuel Segundo Wanderley, elaborando um Plano de Saneamento para Natal (1896).

Em se tratando de serviços de infra-estrutura, vale ressaltar que o primeiro sistema de iluminação pública foi instalado em 1823 e que, somente em 1883, foi substituído por lâmpadas a querosene. O telegrafo foi inaugurado em 1878, estabelecendo a comunicação com a capital cearense, Fortaleza. Em 1894, foi instalada a Comissão de Obras do Porto de Natal, para viabilizar as melhorias da situação portuária; naquele mesmo ano foi inaugurada a Estação Ferroviária. No ano seguinte, a regulamentação do serviço de transporte urbano e a contratação dos serviços de arborização da cidade, nas principais praças.

As transformações na cidade de Natal foram ações intervencionistas do governo municipal com maior participação do Estado o que possibilitaram mudanças no cenário urbano da capital..

2.3 A MODERNIDADE NO ESPAÇO URBANO DE NATAL

O aumento populacional da Cidade de Natal, nas últimas décadas do século XIX e início do século X, foi similar à maioria das cidades brasileiras. As condições sociais e econômicas induziam as migrações do campo para as cidades, possibilitando um incremento superior à capacidade de absorção do seu espaço edificado, gerando problemas urbanos que se agravavam progressivamente: a falta de moradia, insalubridade, precariedade no abastecimento d'água, no tratamento de esgoto e das vias de circulação.

Natal também se inclui neste quadro de problemas apontados como prejuízos para a imagem da cidade, o que fazia parte do discurso da elite local: tornar o meio urbano salubre, combater o avanço das doenças e epidemias frequentes; melhorar o sistema de circulação; sobretudo aperfeiçoar a imagem da cidade, a fim de atrair um maior número de investimentos do capital estrangeiro.

Na perspectiva de conduzi-la a um dinamismo econômico e social, era necessário investir em mudanças naquele cenário provinciano, as quais favorecessem prioritariamente sua inserção no processo de modernização, a exemplo das demais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, dentre outras.

Porém, uma das significativas transformações na cidade, do início do século XX, foram as obras de dessecamento e drenagem da área alagadiça, em sua quarta tentativa de aterramento. A antiga campina da Ribeira (Figura 23) foi transformada em um belo largo,

pelo arquiteto Herculano Ramos, em 1905, com a denominação de Jardim Público da Praça da Republica.

Segundo Moura Filha (2000, p.165), a idéia de aformosear este espaço vinha desde 1853 e fazia parte do programa do governo, apontando “a conveniência desse melhoramento e ordenava à Câmara Municipal que proibisse ali edificações particulares”.

O ajardinamento da área incluiu o aproveitamento da primeira ponte de madeira instalada em 1604 e reconstruída por volta de 1793. Vale destacar que participaram da execução desta obra os flagelados da seca de 1904, como grupo de trabalho⁴⁰, segundo Lima (2001, p.29).

Os novos tempos republicanos favoreceram a idéia de moderno e contribuíram para uma nova concepção e estrutura de pensamento para o Estado.

O governo estadual, a exemplo dos demais da federação, utiliza o significativo instrumento de divulgação - a imprensa escrita - como ferramenta de propagação do ideário republicano. Segundo Oliveira (1998), o Jornal “A República” era o mais importante meio de comunicação do Estado, dos governos da República velha, pela sua divulgação diária dos acontecimentos nos diversos países, suas economias, políticas e vida cultural e, ao mesmo tempo, informando sobre todas as ações realizadas pelo poder público estadual.

Todavia, a palavra escrita não constituía adequado veículo de propaganda para cativar uma população composta de um número elevado de analfabetos, haja vista que, em nível de Brasil, nos anos de 1900, esta população era em torno de 80,62% (Tabela 01); e no Rio Grande do Norte, o atendimento escolar atingia menos de 1% da população total, como se pode observar as indicações de Araújo (1982).

Conforme Moura Filha (2000) utilizaram os republicanos de estratégias com imagens, alegorias, símbolos, como ferramentas de leitura direta. Neste conjunto de elementos representativos, a cidade é tida como um dos símbolos mais importantes, adotados pelo ideário republicano.

É, então, o espaço do bairro da Ribeira considerado o principal investimento da imagem da Natal moderna.

Dadas as circunstâncias de capital, centro administrativo e político, a cidade passa a exercitar sua capacidade de atração, decorrente do dinamismo econômico, cultural e social, apesar da pouca representatividade populacional, em relação à população do Estado, entre os

⁴⁰ Grupos de trabalho para execução das obras da capital e interior, dentre os quais, para construção da ferrovia Natal a Ceará-Mirim, outro grupo para execução do calçamento e abertura de ruas da Cidade Alta.

anos de 1900 e 1920, em torno de apenas 5,85% e 5,71% respectivamente. Destaque-se, ainda, as perspectivas de uma elite de intelectuais positivistas, que mantinham constantes contactos com os países europeus, e procuravam exaltar conceitos éticos e morais, dentro da sociedade natalense.

A modernização do espaço da cidade de Natal foi empreendida com a significativa participação no segundo mandato de Alberto Maranhão (1908-13), em parceria com a Intendência, através da construção e execução de obras de melhoramento e aperfeiçoamento das mudanças que vinham sendo gradualmente implantadas, desde o final do século XIX, segundo Oliveira (1998).

As ações modernizadoras foram projetos pontuais, respaldados consubstancialmente por investimentos financeiros da União e empréstimos a credores externos, associados às condições econômicas favoráveis do Estado, abordadas anteriormente, na possibilidade de construir uma cidade modernizada, higienizada e bela.

Segundo Oliveira (1998), o empréstimo externo que viabilizou a empreitada do governo estadual, foi concedido pelo Congresso Legislativo Estadual, em 18 de novembro de 1909, mediante Lei nº 270^a, com os banqueiros franceses Perles Frères, Eugène Vasseur e o Banco Sindical Francês, no valor de 350.000 libras esterlinas, equivalente a 5 mil contos de réis, amortizáveis em 37 anos.

As obras empreendidas pelo governador Alberto Maranhão (1908-13), principalmente com recursos externos, dotaram a cidade de símbolos que representavam a modernidade, progresso e sua administração.

Com base nos dados do balancete financeiro do governo de Alberto Maranhão, nos anos de 1910 e 1911, publicado no jornal “A República”, demonstra-se na Tabela 2, as quinze obras de maiores investimentos, após recebimento dos recursos tomados por empréstimo pelo governo do Estado.

Nº de ordem	Discriminação da obra	Valor em Contos de Réis	
		1910	1911
1	Teatro “Carlos Gomes”	30:694\$650	149:400\$680
2	Calçamentos	19:795\$013	95:605\$013
3	Hospital Juvino Barreto	3:290\$830	87:551\$052
4	Escola Normal	-	65:310\$200
5	Residência do Governador	-	56:164\$410
6	Palácio do Governo	743\$300	54:668\$715
7	Casa de Detenção	33:000\$	52:951\$600

8	Asilo de Mendicidade Pe. João Maria	540\$	52:227\$510
9	Avenida Tavares de Lira	18:263\$350	38:325\$930
10	Jardins e Praças Públicas	-	36:708\$588
11	Quartel do Batalhão de Segurança	9:136\$192	29:652\$829
12	Avenidas na Cidade Nova	2:044\$340	28:993\$272
13	Depósito de inflamáveis	19:618\$625	25:131\$125
14	Polígono Deodoro da Fonseca	4:217\$880	21:107\$846
15	Armazéns do almoxarifado	15:060\$620	15:060\$620
TOTAL		156:404\$800	808:859\$390

Tabela 2 - Obras e investimentos do governo estadual – 1910-11

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de Almeida (2002, p.33) e Andrade (2003, p.23).

Pelos valores relacionados acima, os recursos aplicados tiveram o poder de transformar a antiga cidade colonial em uma cidade civilizada e moderna, favorecida de ícones urbanos modernos, imprimindo nela imagem de uma Belle Époque européia.

Das quinze obras no ano de 1911, 36% dos recursos foram aplicados nos empreendimentos de embelezamento; 35% em saúde, educação e segurança; 24% em pavimentação e tratamento de ruas e avenidas; e 5% em infra-estrutura. No ano de 1910, foram priorizadas as obras do Teatro “Carlos Gomes” e calçamentos.

Apesar de estes percentuais evidenciarem maiores investimentos em embelezamento da cidade, o governador Alberto Maranhão em mensagem de 1911, reproduzida pelo Jornal “A República”, expõe a destinação dos recursos do empréstimo, nos seguintes termos: ... {Mandei com empréstimo externo construir as seguintes obras que julgo indispensáveis para podermos organizar a higiene e a Assistência Pública {...} 1º esgottos na cidade, com depuração biológica, aerogia e anaeróbia das águas; 2º abastecimento de água {...} 3º substituição da actual linha de carris urbanos por outra de tracção electrica {...} 4º fornos de incineração para todo lixo das casas e das ruas {...} 5º fábrica de cerâmica para fabricação de tijollos, telhas e outros artefatos {...} 6º estabelecimento do balneário da praia limpa {...} 7º substituição da actual illumination a acetyleno por illumination electrica {...} 8º rede de telephones⁴¹. (ALMEIDA, 2002.p. 31).

Os registros apontam que a partir de 1911, os serviços terceirizados de abastecimento de água e tratamento de esgoto, as redes elétrica e telefônica estendiam-se às áreas nobres da cidade e o bonde elétrico já atendia às principais vias de circulação da Cidade Alta e Ribeira.

Foram explicitas as estratégias dos republicanos em relação às mudanças pleiteadas para o espaço urbano da capital, representadas nas distintas inaugurações voltadas aos

⁴¹ Jornal A República, de 02 de outubro de 1911, p. 02.

diferentes públicos, o que confirma na distribuição dos recursos financeiros, aformosear a cidade, com obras e equipamentos urbanos que existiam nas grandes cidades, construir uma cidade moderna, civilizada e progressista {...} não se deram a partir de uma demanda socioeconômica, mas com finalidade de promover as mudanças desejadas pela elite local {...} sua atuação foi regulada por seus próprios interesses, que determinavam constantemente seu avanço ou atraso das intervenções realizadas (Oliveira, 2000, p.100).

Na perspectiva da implementação de signos que representassem o progresso, incluem-se as instruções normativas de mudanças nas fachadas das residências. Isso era fortemente veiculada na imprensa local, recorrendo ao argumento da necessidade de transformar a cidade, atrasada e colonial, em uma outra, moderna e progressista.

Juntamente com a pretensão de o governo do Rio Grande do Norte impor à cidade um crescimento racional e sistemático, foram realizadas contratações de profissionais formados em instituições científicas brasileira e de outros países. Dentre alguns profissionais, vale destacar, em 1901, a participação do agrimensor italiano Antonio Polidrelli, no trabalho de abrir e calçar ruas e avenidas, com a elaboração do Plano da Cidade Nova de Natal. Entre 1904 e 1914, o arquiteto mineiro, Herculano Ramos, foi o profissional contratado pelo governo estadual, como projetista e construtor, para encarregar-se de parte das obras públicas da cidade.

As propostas de intervenções urbanas nas cidades brasileiras, dos finais do século XIX e início do século XX, foram sempre baseadas em justificativas técnicas - influência do pensamento positivista, que acreditava ser possível alcançar o progresso, através da técnica orientada por profissionais com formação acadêmica; daí o porquê da contratação desse profissional.

O arquiteto Herculano Ramos empreendeu várias obras na cidade, destacando-se, em 1904, o tratamento arquitetônico do aterro da Campina da Ribeira e um ajardinamento do Jardim Público da Praça da República; a construção do Grupo Escolar “Augusto Severo”, em 1908 (objeto da investigação); o Congresso Legislativo Estadual, em 1908; a reconstrução do Teatro “Carlos Gomes”, em 1912, além de outras obras públicas e particulares, que possibilitaram contribuir para uma renovação da estética da cidade.

No tocante ao desenho original do largo público do bairro da Ribeira, limitando-se ao norte com a Rua Sachet; ao sul com a Rua Henrique Castriciano; ao leste com a Rua do Teatro; e ao oeste com a Rua Doutor Barata, as edificações desse quadrilátero pela Casa Paris em Natal, a Fábrica de Tecidos, a Estação Ferroviária, a residência do industrial Juvino

Barreto (antiga Vila Barreto), o cinema Polyteama e o Teatro “Carlos Gomes”, a Escola Doméstica, associados os serviços urbanos o bonde elétrico, iluminação a gás, pavimentação, dentre outros serviços. Espacialmente o projeto estético denota um cenário de transformação urbana, símbolo do processo de modernização da cidade de Natal, da primeira década do século XX.

Apesar de conjugar interesses de sua oligarquia, é inegável o desempenho do governo Alberto Maranhão na história do Estado do Rio Grande do Norte, na Primeira República, principalmente em sua segunda gestão (1908-1913), ao inserir a cidade de Natal na era da modernidade.

Nesse quadro de mudanças exposto, a velha cidade colonial e arcaica configura-se em uma nova e moderna cidade, daqueles tempos, participa, então, a cidade de Natal, na primeira década do século XX, do mesmo processo de remodelação – pelo qual passaram outras capitais brasileiras – através de contínuas intervenções públicas para construção de uma cidade modernizada, higienizada e bela.

Também participa a comunidade natalense de uma nova mentalidade, manifestada na política, na arquitetura e na implantação de uma nova instituição de ensino primário.

Esta escola moderna torna-se referência na cidade embelezada.

3 O GRUPO ESCOLAR “AUGUSTO SEVERO: MODELO DE ENSINO PRIMÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

A famosa frase de Rui Barbosa em defesa da Instrução Pública contida em sua obra publicada no ano de 1882 - “*não há instrução popular sem escolas, nem escolas sem casas escolares*”, significa que a casa escola deveria refletir o papel social da instrução primária e os valores atribuídos à educação. Essa escola teria que se prestar ao serviço escolar com características próprias à função.

Uma outra citação do Secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo em 1895, Cesário Motta Júnior, que também fazia a defesa da difusão da educação popular: “*Sem bons prédios é impossível fazer boas escolas*”. Argumentava ele que a escola deveria ter um lugar, situada em edifício próprio, especialmente escolhido e construído, dotando-a de uma identidade própria que possibilitasse o engrandecimento da República.

Em ambos, segundo Souza (1998, p.3), a escola deveria estar num espaço edificado. Nestes termos, também, os intelectuais norte-rio-grandenses Manoel Dantas, Henrique Castriciano, Nestor Lima, o paraibano Francisco Pinto de Abreu, dentre outros, na primeira década do século XX, participam do projeto de inovação educacional do Estado, que tem marco a construção de um edifício próprio.

A criação do Grupo Escolar “Augusto Severo”, na capital do Estado, representa a concretização de nova configuração de escola pública. Era o padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes locais. “...sua construção estava incluída no programa urbano-cultural de edificações modernas empreitado pelos governos republicanos, desde o primeiro governo de Alberto Maranhão (1900-1904)” (MOREIRA, 1997, p.24)

Este estabelecimento foi implantado estrategicamente na Praça Augusto Severo, nº 261, do bairro da Ribeira, fazendo parte de um cenário de modernidade da cidade como lugar de referência da educação (Figura 28).

Historicamente, esta praça teve importância ímpar. Nos finais do século XIX, era denominada de Praça da Estação, a porta de entrada da cidade de Natal. Posteriormente, passou a ser denominada de largo do Jardim Público da Praça da República ou Praça Augusto Severo.

A localização do Grupo Escolar “Augusto Severo” assemelha-se à implantação dos primeiros grupos escolares brasileiros, cuja configuração foi abordada por Souza (1998, p.4), “puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular de: convencer, educar, dar-se a ver!”

4 CONCLUSÃO

Confirma-se a ressalva de Pinheiro (2002) de que implantação dos grupos escolares nos Estados ocorreram de forma desigual, em função do contexto social, político, econômico e de organização educacional de cada um.

A implantação do Grupo Escolar “Augusto Severo”, no bairro da Ribeira na capital do estado do Rio Grande do Norte atendeu as finalidades da educação primária republicana brasileira e potiguar, de um padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes locais; que por sua vez incluía-se no programa urbano cultural de edificações modernas, de obras de

embelezamento, melhoramento e saneamento da cidade configurado por um projeto estético de modernidade, na primeira década do século XX, implementado através de um processo de remodelação, com contínuas intervenções públicas, visando à construção de uma cidade modernizada, higienizada e bela.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A alma da cidade: a energia elétrica em Natal (1905-1920)*. Natal: UFRN. Monografia (Curso de História). 2003.

ALMEIDA, Cristiane de Araújo. *Modernidade e as obras públicas de Natal (segundo mandato de Alberto Maranhão)*. Natal: UFRN. Monografia (Curso de História). 2002.

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origens e Tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da Colônia à Primeira República*. Natal: UFRN. 1982.

BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827. *Manda criar escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*. Arquivo Público do Estado do RN, 2005.

CARVALHO, JOSÉ Murilo. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edufrn; Civilização Brasileira, 1984.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos Pardieiros aos Palácios. Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Editora de UPF: USP, 2000.

IBGE. *Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte*. 2000.

LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de Ensino Primário*. Natal: Typ. d' "A República", 1927.

LIMA, Pedro de. *O mito da Fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural/Sebo Vermelho, 2000.

_____. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN. 2001.

MONARCHA, Carlos. *A escola Normal da Praça: O lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Recife:UFPE.Dissertação (Curso de Arquitetura e Urbanismo).1994.

MOREIRA, Keila Cruz. *Grupos Escolares: modelo cultural de organização (superior) da instrução primária (Natal, 1908-1913)*. Natal: UFRN.Monografia.(Curso de Educação). 1997.

MOURA FILHA, Maria Bertilde. *O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A elite política e as transformações no espaço urbano. Natal – 1889 a 1914*. Natal:UFRN. Dissertação (Curso de Ciências Sociais). 1998.

_____. *De cidade a cidade: o progresso de modernidade de Natal/1889-1913*. Natal: EDUFRN, 2000.

OLIVEIRA, Leda Maria Nunes de. *Uma escola pioneira na formação do professor primário do RN: Reconstruindo sua memória*. Natal: UFRN.Dissertação (Curso de Educação). 1990.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

REIS FILHO, Cassemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção memória da educação).

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 249 de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública do Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo de 1907*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1907.

_____. Decreto n.174 de 5 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado "Augusto Severo". *Atos legislativos e decretos do Governo de 1908*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1908a.

_____. Regimento Interno do Grupo Escolar "Augusto Severo". *Atos legislativos e decretos do Governo de 1908*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1908b.

_____. Decreto n.178 de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria da Instrução Pública, cria a Escola Normal, os Grupos Escolares e Escolas Mistas. *Atos legislativos e decretos do Governo de 1908*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1908c.

_____. Decreto n. 176 de 31 de março de 1908. Cria a Escola de Música. *Atos legislativos e decretos do Governo de 1908*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1908d.

_____. Decreto n. 198 de 10 de maio de 1909. Declara que o GRUPO ESCOLAR "AUGUSTO SEVERO" será a Escola Modelo para servir de typo ao ensino público

elementar em todo o Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo de 1909*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1909e.

_____. Lei n. 359 de 22 de dezembro de 1913. Lei Orgânica do Ensino Público. *Atos legislativos e decretos do Governo de 1909*. [Typ. d' " A República"], Natal,RN, 1913b.

_____. *Livro de Atas. Atas da Diretoria Geral da Instrução Pública. Livro de Criação e Movimentos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas mantidas pelo Governo do Estado*. Natal, 1911-1917.

_____. Anuário Estatístico. Natal: IDEMA/SEPLAN,2000.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de Civilização - A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. Campinas: Unicamp. Tese (Educação). 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. *Um itinerário de pesquisa sobre cultura escolar*. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Unesp, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 73).

SOUZA, Kiviamara Marinho de. *O segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913) sob o ponto de vista das transformações urbanísticas na cidade de Natal*. Natal: UFRN.Monografia. (Curso de História).2002.

VEIGA, Cynthia Greive. *Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.26, Dez. 1997.